

ANTROPOLOGIA

GT 4: ANTROPOLOGIA DAS SOCIEDADES COMPLEXAS

Sessão 2: Antropologia da Política e do Estado

GEORGES BALANDIER E A ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA: O POLÍTICO COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO ANTROPOLÓGICA

João Gabriel Rodrigues e Figueiredo - UNIFAL
Fomento: FAPEMIG

Procuramos analisar o modo de construção de dois conceitos (político e poder) na produção intelectual do antropólogo Georges Balandier, no intento de perceber as particularidades de sua abordagem. O autor iniciou seus trabalhos de campo na África, a partir de 1950, tendo familiaridade com os estudos desenvolvidos pelos antropólogos chamados “africanistas”, com os quais estabelece estreito diálogo na elaboração de um instrumental teórico-metodológico, que é o principal objetivo da obra que será investigada neste estudo. A descolonização e a formação dos novos Estados-nacionais africanos se desenhavam num cenário conflituoso, exigindo reflexões diferenciadas dos pesquisadores a respeito de problemas outrora encarados especialmente pela filosofia política, como o questionamento acerca da essência do político, considerando uma sociedade bastante plural, marcada pelas discontinuidades. Balandier, por meio do material etnográfico coletado entre as sociedades primitivas (sem um poder centralizado consolidado), procurou conduzir este debate no contexto da sociedade moderna, retomando discussões que marcaram seu processo de formação e consolidação, como as funções do Estado nos processos de dominação. Nosso primeiro desafio consistiu, nesse sentido, em identificar as questões levantadas pelo autor. Feito isso, traçamos algumas considerações acerca das possibilidades da referida abordagem a partir de um conjunto de problemas relativos, sobretudo, à teoria proposta por Balandier, aos conceitos centrais que ele trabalha e à maneira pela qual ele percebe o fenômeno político. Para tanto, nos concentramos numa obra muito particular, a saber, “Antropologia política”, publicada originalmente, em 1967, em francês.

Palavras-chave: Antropologia da política, Georges Balandier, poder.

I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O antropólogo francês Georges Balandier colocou como pergunta uma das questões mais cruciais no que se refere aos estudos relativos à antropologia da política e à teoria política: qual é o lugar do político no social? O que pode definir este objeto de investigação? Esse esforço aparece especialmente em “Antropologia Política”, cujo objetivo, como o título aponta, consiste em explanar sobre essa área do conhecimento.

Neste mesmo livro, Balandier faz outra pergunta crucial: onde está o poder? Qual sua função? A definição desses dois conceitos (político e poder) é um ponto nodal para a construção de sua “teoria dinamista dos sistemas sociais”.

Este trabalho, sendo estritamente bibliográfico, pretendeu apenas conferir uma mínima inteligibilidade no que se refere às particularidades através das quais Balandier constrói um objeto de estudo para a investigação antropológica.

II - SITUANDO O AUTOR E SUAS QUESTÕES

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

“[...]as sociedades humanas produzem *todas* o político e estão *todas* franqueadas às vicissitudes da história.” (BALANDIER, 1969: 5).

Georges Balandier iniciou seus trabalhos de campo na África, a partir de 1950, tendo familiaridade com os estudos desenvolvidos pelos antropólogos chamados “africanistas”, com os quais estabelece estreito diálogo na elaboração de um instrumental teórico-metodológico dotado de maior precisão, que é o principal objetivo da obra que será investigada neste trabalho.

Para tanto, na tentativa de responder à crítica empreendida pelos estudiosos da política (ou politólogos), a saber, a acusação de que os antropólogos estavam observando um objeto mal determinado, ressalta os avanços empreendidos pelas investigações que permitiram ampliar o conhecimento acerca das “sociedades exóticas africanas”, até então estranhas ao pensamento antropológico, destacando “mais de uma centena de casos observados notadamente na África Negra.” (BALANDIER, 1969: 8).

Os materiais descritivos acumulados no decorrer dos vinte anos que antecedem a publicação de “Antropologia Política” (1967), levados a cabo tanto por outros investigadores como pelo próprio Balandier, ofereceram um repertório que apontava para a existência de uma dimensão política nas sociedades que não dispunham de uma organização estatal formalizada.

É fundamental destacar que a África passava pelo seu processo de descolonização, pela formação e consolidação de seus próprios Estados-nacionais. Neste cenário, a informação etnográfica revelava agrupamentos humanos sujeitados também aos conflitos de interesse, apontando, assim, numa direção contrária à visão “romântica” acerca das tribos primitivas como desprovidas de organização política, não-históricas e igualitárias.

Dessa maneira, o contexto africano impunha um desafio muito particular ao pensamento antropológico: como abordar tais evidências? Mantendo a dimensão política e histórica das sociedades exóticas alheia às reflexões concernentes aos estudos de antropologia e de teoria política?

Nessa conjuntura, marcada pela descolonização tardia e pela formação e consolidação de novos Estados-nacionais, que se desenhavam à base de conflitos e disputas, nosso autor se propôs a encarar certos problemas outrora encarados especialmente pela filosofia política, e que se esquivavam da reflexão antropológica, como o questionamento acerca da essência do político, considerando sociedades que,

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

embora parecessem homogêneas, apontavam organizações políticas bastante complexas e plurais, marcadas principalmente por descontinuidades e contradições.

Balandier afirma que, embora a filosofia política, no seu limite, almeje enfrentar as questões referentes à essência do político, ela confundia a teoria do político com a teoria do Estado. Em “Antropologia Política”, particularmente, Balandier procura construir com maior precisão o objeto de estudo da antropologia da política. Uma questão muito pontual norteia tal empreendimento: como pensar a dimensão política em sociedades que não possuem um Estado formalmente consolidado?

Na década de 1960, algumas correntes de pensamento se definiam pela postura crítica, no sentido de se empenharem na desconstrução de certas “verdades” arraigadas. É exatamente neste fluxo crítico que a antropologia política aparece como tentativa de conferir inteligibilidade a problemas mais gerais, ou seja, a problemas que não eram exclusividade do mundo moderno nem estavam ausentes das tribos africanas, mas diziam respeito a ambas.

Segundo o autor, os antropólogos da política sofriam uma crítica muito pontual: eles eram acusados de orientarem seus esforços para um objeto mal determinado, ou seja, de oferecerem reflexões intelectuais sem antes ter precisão no que realmente investigavam concretamente. Alguns definiam o político a partir dos limites territoriais, outros por meio das organizações que garantem a ordem interna e a defesa contra as ameaças externas e outros ainda pela capacidade de influência de um ou mais atores nos negócios públicos formais.

O fato de que as sociedades exóticas não dispunham de um Estado formalmente constituído, de um poder centralizado no âmbito institucional, não significaria que as relações de poder não fizessem parte dessas sociedades, mas, ao contrário, revelaria que o poder pode atuar de outros modos, através de outras facetas. Se, antes, há um objeto mal determinado, como os críticos acusam, de que maneira poder-se-ia estabelecer comparações que não estivessem condicionadas também às más determinações, depois?

III - O ELOGIO DO MOVIMENTO: ENTRE ESTRUTURAS E PRÁTICAS SOCIAIS

Balandier está num enorme embate com a ênfase predominante na antropologia naquele momento: o Estruturalismo. Parte de seus esforços está em apontar a

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

insuficiência da abordagem estruturalista na apreensão do político. Qual a razão? Segundo ele, o político é, sobretudo, movimento, e o estruturalismo procura apreender o social através do que ele tem de fixo. Pensando no modelo da língua, o estruturalismo está preocupado com a “gramática” (estrutura) e a antropologia dinamista com a “fala”, ou seja, como ela se manifesta e se atualiza empiricamente em cada contexto.

Nesse embate, o autor chama atenção para a contribuição do “estruturalista moderado” Edmund Leach, que destacava a insuficiência dos modelos explicativos elaborados pelos antropólogos estruturalistas, visto que eles apareceriam como “sistemas estáticos” que não acompanhavam o fluxo incoerente e desequilibrado da vida social, mas serviam apenas como uma maneira de conferir elucidações lógicas às realidades que se escapavam de um empreendimento puramente intelectual.

“Em suma, Leach nos incita a tomar em consideração o contraditório, o conflituoso, o aproximativo e o relacional *externo*. Essa orientação se revela necessária ao progresso da antropologia política, pois o político se define em primeiro lugar pela defrontação dos interesses e da competição.” (BALANDIER, 1969: 21).

Além disso, diversos antropólogos não reconheciam a dimensão política nas sociedades que não dispunham de um governo formalmente organizado, como MacLeod, Malinowski e Radcliffe-Brown. Por isso, nosso autor destaca também a contribuição de um sociólogo, Max Weber, “[...] que soube lembrar a anterioridade da política em relação ao Estado, o qual, longe de se confundir com ela, não é mais que uma de suas manifestações históricas.” (BALANDIER, 1969: 26).

Neste ponto, é possível perceber o esforço de Balandier em trazer para o debate a importância das práticas, do jogo social em sua concretude. Isso não significa, todavia, que ele desprivilegie as estruturas. Pelo contrário, as práticas, segundo ele, aparecem como “produto de unidades ou estruturas específicas”, que não podem ser confundidas nem com a rigidez de certas dicotomias (com Estado/sem Estado; com história/sem história) nem com certas definições que carregam um caráter gradativo (mais político/menos político; mais histórico/menos histórico). Nosso autor aponta, então, para a necessidade de uma visão *dinamista*, capaz de “apreender a dinâmica das estruturas tanto quanto o sistema das relações que a constituem: isto é, tomar em consideração as incompatibilidades, as contradições, as tensões e o movimento inerente a toda sociedade.” (BALANDIER, 1969: 20).

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Interesse notar que as teorias e os conceitos que envolvem as práticas, não somente no âmbito da antropologia, mas nas ciências sociais e humanas de maneira geral, são aportes para novas reflexões, elaborados em determinadas conjunturas sócio-históricas que imprimem sua marca nas ferramentas construídas para a análise de determinado fenômeno. Sendo assim, portanto, a construção de um objeto de investigação acaba sempre marcada por um aspecto mais ou menos interpretativo. Balandier, em sua interpretação, procura esboçar um instrumental capaz de dar conta não somente das manifestações do fenômeno político nas tribos africanas, mas também nas diferentes sociedades, ou seja, percebe o fenômeno em sua *universalidade*, como uma questão humana. Eis a grande ambição da antropologia!

“A antropologia política [...] pesquisa as propriedades comuns a todas as organizações políticas reconhecidas em sua diversidade histórica e geográfica.” (BALANDIER, 1969:7).

IV – A ABORDAGEM BALANDIERIANA: POR UMA CIÊNCIA DO POLÍTICO

A ambição de Balandier consiste em encontrar a essência do “político”, ou seja, o ponto comum que aparece tanto nas sociedades que nos são familiares bem como nas sociedades que estão fora de nossa ótica, as sociedades exóticas, sem negar, porém, as particularidades de cada uma delas. Nesse sentido, a antropologia política apareceria como um esforço em sintetizar os conhecimentos da ciência política e da filosofia política e edificar, assim, uma *ciência do político*, capaz de promover investigações que dessem conta não somente das sociedades ocidentais e modernas ou das sociedades africanas, mas do fenômeno social como um todo, numa constante cooperação interdisciplinar.

Tal empreendimento, que se apresentava à antropologia, outrora também se apresentou à filosofia, como destaca o autor logo na abertura do segundo capítulo, “o terreno do político”. Balandier chega a afirmar que filosofia política e antropologia política “em suas ambições extremas, colimam atingir a própria essência do político sob a diversidade das formas que o tornam manifesto.” (BALANDIER: 1969: 24).

Montesquieu, segundo ele, foi o grande iniciador desta empreitada, de uma antropologia política verdadeiramente científica, pois, através dos relatos de viajantes e outros materiais de segunda mão, trouxe para o debate, primeiramente, a questão da

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

diversidade das formas políticas e, depois, a tentativa de construir comparações e tipologias. Assim, já no pensamento do século XVIII houve o que se poderia chamar de “revolução do método”. Ao invés de traçar postulados e normatizações, como o fazia a filosofia política, dizendo o que o político deveria ser, Montesquieu buscou, antes, a *observação dos fatos*, que se mostravam através de uma enorme diversidade de governos e de organizações políticas estatais e não estatais.

A antropologia política começa a desenhar seus contornos no século XX, mais precisamente no início da década de 1920, priorizando as descrições das sociedades segmentárias, também chamadas de “sociedades de governo mínimo”, e mutantes (aquelas que estavam passando pelo processo de descolonização) em África, por meio do método etnográfico. Balandier chama esses antropólogos de “africanistas politistas”.

A partir disso, foi possível começar a esboçar algumas elaborações mais teóricas, confrontando sistemas de parentesco e de linhagens e outros sistemas que insinuavam a existência de formas políticas primitivas. Até então, para vários autores, as relações de parentesco excluía as relações políticas. Balandier aponta na direção contrária.

“Longe de conceber o parentesco e o político como termos que se excluem mutuamente ou que se opõem um ao outro, a antropologia política revelou laços complexos existentes entre os dois sistemas e fundou a análise e a elaboração teórica de suas relações por ocasião das pesquisas de campo.” (BALANDIER, 1969: 49).

Há um esforço para se demonstrar que as tipologias e classificações até então elaboradas eram insuficientes para dar conta das discontinuidades e das formas de expressão do político em sistemas que apontam, por sua vez, para a multiplicidade das organizações políticas; estas se confundindo com o próprio social e com os modelos estáticos que desprivilegiam o dinamismo que as caracterizam. Desse modo, sugere os estudos comparativos devem se limitar às microtipologias, de modo a aprofundar o conhecimento em relação a regiões mais localizadas antes de estabelecer inferências de caráter mais geral.

Para Balandier a noção de sistema aparece como um aspecto fundamental nesse sentido. O político se expressa por meio de um ou mais “sistemas” que fornecem a ele uma linguagem e uma forma, ou seja, um modo de organização das hierarquizações entre sujeitos e grupos que, por seu lado, podem não se apresentar de maneira unívoca (como no caso de sociedades que não se organizam através de desigualdades exageradas

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

e bem diferenciadas), mas obedecendo a múltiplas funções, evocadas de acordo com as circunstâncias, que garantem condições mínimas para a existência de um governo dos homens.

“Na ausência de uma autoridade política bem diferenciada, a preeminência, o prestígio e a influência resultam da conjugação dessas desigualdades mínimas. Na ausência de um poder político distinto, um poder político-religioso – de dominante religiosa – opera por intermédio de estruturas territoriais e das disposições de classes de idade. Não se pode definir esse poder apenas por tais estruturas, mas muito mais pelas relações desiguais em que se funda e pela dinâmica das oposições e conflitos que o põem de manifesto.” (BALANDIER, 1969: 57).

Na tentativa de desvencilhar as reflexões da antropologia política do etnocentrismo das teorias políticas, Balandier se esforça para mostrar que não é possível enfrentar o problema de maneira unilateral, ou seja, tendo sempre como referência uma visão particularizada do que é o social, como seria o caso da nossa familiaridade com o Estado Moderno. De que modo seria possível pensar o “político” em sociedades que institucionalizam o exercício do poder de uma maneira que não nos é familiar? Ou melhor: seria possível pensar o “político” nesses casos?

É interessante observar que a construção do objeto pelo autor passa pela maneira em que ele coloca a pergunta acerca do fenômeno em pauta. “Objeto” e “fenômeno” dizem respeito ao mesmo ponto? Para alguns autores apontados por Balandier, o Estado seria o objeto de estudo por excelência do campo político. Mas, de acordo com o conteúdo do material etnográfico disponível, ele se pergunta até que ponto o fenômeno político não pode se estender para além desse objeto construído por esses outros pensadores, ampliando, assim, a percepção acerca de tal fenômeno; configurando de outra maneira a forma de se conceber o objeto que será investigado posteriormente. Por conta disso, como foi apontado, sugere a necessidade de um esforço interdisciplinar, uma *ciência do político*, que permita estudos comparativos entre as sociedades exóticas e as sociedades modernas.

O “político” passa a ser encarado não como mero aspecto formal ou totalidade absoluta do social, mas como algo *inerente* a ele. Para Balandier, o político se define pelas desigualdades e hierarquias, organizadas de maneira particular em cada sociedade. Desse modo, para ele, onde houver *relação entre desiguais*, haverá “político”.

V – OS ATORES POLÍTICOS

“Os soberanos são parentes, homólogos ou mediadores dos deuses. A comunidade dos atributos do poder e do sagrado revela o elo que sempre existiu entre eles, e que a história distendeu sem todavia rompê-lo jamais. O ensinamento dos historiadores se impõe com a força da evidência, desde o instante em que eles consideram os poderes superiores associados à pessoa real, os rituais e o cerimonial da investidura, os processos que mantêm a *distância* entre o rei e os súditos e, enfim, a expressão da legitimidade. [...] A sacralidade do poder afirma-se também na relação que une os súditos ao soberano: uma veneração ou uma submissão total, que a razão não justifica, um temor da desobediência, que tem o caráter de transgressão sacrílega.” (BALANDIER, 1969: 93).

Balandier evidencia um laço de união entre aqueles que *exercem* o poder e as coisas sagradas, apontando para uma relação intrínseca entre religião e política. Entretanto, é importante chamar atenção para uma questão essencial, relacionada à compreensão deste ponto da argumentação. Mais do que aproximar política e religião, o autor aponta que o poder (assim como o sagrado) está acima de qualquer individualidade, inclusive do próprio “poderoso” (governante, chefe, etc.), que seria o detentor do poder político, ou seja, de um poder exercido em função de determinada organização social.

“[...] o poder impõe sua própria lei aos que o possuem pois, do contrário, este opera em falso e destrói o que lhe compete preservar. [...] Se os chefes governam seus súditos, o poder governa seus depositários, porque encontra sua origem no campo do sagrado. (BALANDIER, 1969: 96-7).

Em outras palavras, os indivíduos e os grupos particulares adquirem o sentimento de pertencimento a algo inviolável porque é “bom”, algo mesmo sagrado, que por não poder ser combatido, acaba por ser percebido como algo “natural”, embora seja uma construção de conformidade, *empreendida constantemente pelos atores políticos*. Tal conformidade é produto de uma idealização à qual até os detentores do poder acabam por se submeter.

Dessa maneira, ao destacar a “sacralidade do poder”, ele sugere que as ações de seus detentores bem como de seus subordinados se tornaria uma espécie de “agência passiva”, visto que não perdem a capacidade de agir, mas as mantêm circunscritas nos

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

limites de determinadas hierarquizações. Tais hierarquizações são produto de uma imagem representativa que transcende as assimetrias das relações concretas.

“Por intermédio [do poder], a sociedade é apreendida como unidade - a organização política introduz o verdadeiro princípio totalizador -, ordem e permanência. Ela é apreendida como forma idealizada, como garantia de segurança coletiva e puro reflexo do costume ou da lei; posta à prova sob o aspecto de valor supremo e coativo, torna-se, assim, a materialização de uma transcendência que se impõe aos indivíduos e aos grupos particulares. (BALANDIER, 1969: 38).

Essa “unidade” ou “princípio totalizador” aparece na ideia de que “o poder está sempre a serviço de uma estrutura social que não se pode manter somente pela intervenção do ‘costume’ ou da lei, por uma espécie de conformidade automática às regras.” (BALANDIER, 1969: 35). Ele afirma textualmente esse “serviço” do poder. Mas qual seria esse “serviço” que o “poder” presta à determinada “estrutura social”? O que o diferencia do “costume” ou da “lei”?

O poder está a serviço do “bom funcionamento” de toda sociedade. Ele se diferencia do “costume” ou da “lei” por conta de sua elevada capacidade de coerção e pela necessidade de que um tipo particular de sujeito o exerça.

Não basta que um poder seja postulado pelos costumes da coletividade ou pelas leis morais ou jurídicas. O poder precisa ser *constantemente reafirmado como uma necessidade* a qual não se pode abrir mão, devido à vulnerabilidade intrínseca a toda sociedade. Assim, os atores políticos dissimulam os conflitos e as hierarquias a fim de que os sujeitos que estão sob seu comando percebam os interesses deles como se fossem os seus próprios.

Todavia, eles também precisariam ser percebidos como “seres diferenciados”, de modo que adquiram certas responsabilidades, mas também certas vantagens, numa relação muito delicada entre o ator e seu papel. Tal relação se estabelece através dos rituais de investidura (sempre alicerçados no sagrado), que os transforma em verdadeiros atores políticos.

“O cargo (ou função) encerra necessariamente elementos cerimoniais e rituais que, por ‘um processo deliberado e solene’, permitem ascender a ele e adquirir ‘nova identidade social’. Estabelece-se entre o cargo e seu possuidor uma relação complexa: se o primeiro permanece vago, a ordem social pareceria ameaçada; se o segundo não se conformasse às obrigações e interditos impostos pelo cargo – conservando apenas os privilégios que ele encerra -, o risco seria o

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

mesmo. O cargo não tem apenas um aspecto técnico, tem também um caráter moral e/ou religioso, que se acha evidentemente acentuado nos casos de funções político-rituais.” (BALANDIER, 1969: 83).

Além do prestígio, eles possuem responsabilidades e obrigações específicas: são responsáveis pela construção e reconstrução constante de uma ordem capaz de gerar nos indivíduos a sensação de segurança e de prosperidade. Eis o preço a ser pago: toda sociedade exige deles a força necessária para que as coisas pareçam estar homogêneas, para que as tensões e os conflitos sejam aceitáveis, as hierarquizações controladas dentro de seus próprios limites e as desigualdades legitimadas como “coisas naturais”.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma ação política é aquela que tem como finalidade ou a manutenção da ordem ou a sua contestação ritualizada. Mas por que “ritualizada”? Ritualizada no sentido de que algo permanece intocado (pois possui o caráter “sagrado”) naquilo em que é exercida a força de contestação. “Ataca-se o governante e não o governo”: poder-se-ia pensar de modo a ilustrar tal raciocínio.

Balandier, em seu caráter universalizante, estende tal argumentação para a totalidade das coisas humanas, colocando, nesse sentido, que toda sociedade é construída num equilíbrio instável. Nesta delicada relação entre ordem e desordem, a coesão aparece constantemente sujeita ao desarranjo, à dispersão, visto que as desigualdades e os interesses divergentes que percorrem as relações sociais geram forças centrífugas, colocando as comunidades em constante risco de separação, de ruptura.

Caberia às ações políticas garantirem que essas forças sejam utilizadas a favor da coletividade. A consequência disso seria a necessidade de um mecanismo capaz de construir e reconstruir freqüentemente tal coesão dentro desses limites delicados, marcados pela vulnerabilidade de toda comunidade política. E esse mecanismo é o “poder político”, que aparece como uma coerção capaz de construir consentimento pelas vias da não violência, ou seja, sem a utilização direta da força física. No entanto, no limite, a violência seria a “última cartada” de uma ação política, mas a menos eficaz, pois tornaria exposta a “verdade do poder”, ou seja, as relações assimétricas e as desigualdades que estão encerradas (e, até certo ponto, escondidas!) em seu seio.

Assim, na visão do autor, o “poder” consiste nessa capacidade de “ritualizar conflitos” e, dessa maneira, conservar o social em “bom estado” ou adaptá-lo às

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

mudanças que favoreçam a preservação da ordem, ou melhor, da vida coletiva, sendo, nesse sentido, uma necessidade de toda e qualquer sociedade.

O sagrado, assim como o poder, garantiria um equilíbrio (mesmo que instável) entre as relações assimétricas que se expressam no social como *desordem*. Tal noção aparece na definição de “poder” proposta por Balandier.

“Recorrendo a uma fórmula sintética, definir-se-á o poder como resultante, para toda a sociedade, da necessidade de lutar contra a entropia que a ameaça de desordem – como ameaça todo sistema.” (BALANDIER, 1969: 36).

Desse modo, é através dos processos rituais que os atores políticos estabelecem ou restabelecem tal elo de caráter sagrado, essa “relação indestrutível” de parentesco entre eles, que é marcada, ao mesmo tempo, pela “distância” em relação aos súditos (que não exercem o poder), mas também pela união entre os que mandam e os que obedecem, percebida como “o verdadeiro princípio totalizador” ou “a materialização de uma transcendência que se impõe aos indivíduos e aos grupos particulares”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANDIER, Georges. **Antropologia política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

_____. **Antropo-lógicas**. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

_____. **As dinâmicas sociais: sentido e poder**. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, Difusão Editorial S.A., 1976.

_____. **O poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.